


*Foi aprovado por
Unanimidade das
Administrações
Reunidas de
28/03/2019*




Fundação Algarvia
de Desenvolvimento Social

Pessoa Colectiva de Utilidade Pública

RELATÓRIO E CONTAS 2018



Faro, 28 de março de 2019

ÍNDICE

1. RELATÓRIO	3
1.1 Introdução	3
1.2 Síntese	3
1.3 Respostas Sociais Atuais	5
1.3.1. Educação	5
1.3.2. Saúde	6
1.4. Respostas Sociais Futuras	7
1.5 Actividades Culturais	7
1.6 Manutenção de Imóveis	8
1.7 Marketing	8
1.8 Recursos Humanos	9
1.9 Análise Económica	10
1.9.1. Resultados	10
1.9.2. Rendimentos	10
1.9.3. Gastos	12
1.9.4. Indicadores	13
1.10 Fornecedores	13
1.11 Agradecimentos	14
2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	15
2.1 Balanço em 31 de dezembro de 2018	16
2.2 Demonstração dos Resultados – Exercício de 2018	17
3. PROPOSTA	18
4. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	19
5. RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS	20
6. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	23



1. RELATÓRIO

1.1 Introdução

Nos termos da lei e de acordo com o estabelecido nos estatutos da Fundação Algarvia de Desenvolvimento Social (FADS), vem o Conselho de Administração, após proposta da Comissão Executiva, submeter à aprovação do Conselho de Administração, o Relatório e Contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Pretende-se com este documento fazer a síntese possível da actividade desenvolvida pela Instituição durante o ano de 2018, salientando-se os seus aspetos mais marcantes e identificando as perspectivas de evolução futura.

1.2 Síntese

Durante o ano de 2018 verificaram-se um conjunto de alterações estruturantes na FADS, com especial ênfase para a criação do conselho pedagógico e alteração das coordenações pedagógicas das respostas sociais da educação. Estas medidas permitiram implementar uma política pedagógica uniforme pela primeira vez na história da FADS.

Pautámos a nossa atividade com muita prudência e segurança, quer nos actos de investimento praticados, quer na gestão diária e corrente, impondo uma dinâmica empresarial, especialmente no controlo de custos e avaliação da performance. Foi efetuado um controlo de gestão e avaliação da performance por centro de resultados, de forma a manter o equilíbrio económico e financeiro em todas as valências e eleger os projetos que devem libertar meios para reinvestimentos.

Todas as decisões tomadas, indispensáveis ao bom funcionamento da instituição, decorreram da realização de diversas reuniões, destacando-se, para além das reuniões do Conselho de Administração, as reuniões mensais da Comissão Executiva.

O grau de execução do plano de actividades, não obstante algumas variações, tem revelado, ao longo dos anos, elevado grau de concretização. Em 2018, mantivemos esses atributos, prova inequívoca da boa-fé e do rigor que esteve na base da elaboração do plano de actividades e respectivo orçamento.



Ao longo dos últimos exercícios a evolução das receitas não tem acompanhado a evolução das despesas. Esta situação provoca elevadas dificuldades na gestão da instituição e deriva de um conjunto de situações, tais como:

- Aumento insuficiente ou inexistente das comparticipações do estado para exploração das respostas sociais na área da educação e da saúde;
- Aumento insuficiente ou inexistente das comparticipações familiares fruto das diminuições dos rendimentos familiares;
- Aumento da taxa de Segurança Social;
- Aumento dos gastos com pessoal derivado do cumprimento dos contratos coletivos de trabalho;
- Aumento dos custos de funcionamento;

Durante o ano de 2018 foi realizado um enorme esforço para a negociação de todo o passivo bancário, de forma a libertar a tesouraria da FADS no curto prazo. Apesar do sucesso das negociações, não se conseguiu renegociar toda a dívida.

Tal como em anos anteriores beneficiamos da consignação de 0.5% do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares.

A Administração considera que as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) são entidades sem fins lucrativos cuja sobrevivência depende de subsídios efetuados por outras instituições. Neste âmbito encetámos contactos com um conjunto de entidades no intuito de encontrar eventuais mecenas interessados em apoiar e/ou partilhar este projecto.

O processo de acreditação da Fundação enquanto entidade formadora está concluído com sucesso. Pretendemos ser uma entidade de referência na área da formação de educação e da saúde.

Para além da gestão dos equipamentos sociais existentes, pretendemos estudar e desenvolver diversos projetos na área da educação e saúde, nomeadamente através da prestação de serviços de formação, serviço de apoio domiciliário e serviço de transporte de doentes. Durante o ano de 2018, foram constituídas equipas de trabalho para preparar e trabalhar nestes novos projetos.

Estudámos e analisámos em profundidade todos os apoios que foram criados pela segurança social e outras instituições, no intuito de expandir, modernizar e diversificar a nossa actividade.



Respondendo às recomendações da Segurança Social continuámos a preparação do processo de gestão da qualidade. Pretende-se preparar uma futura certificação da instituição.

Efetuámos um controlo de gestão por atividade, de forma a manter o equilíbrio económico e financeiro em todas as valências e eleger os projetos que devem libertar meios para reinvestimentos. Só assim será possível melhorar a sustentabilidade da FADS.

1.3 Respostas Sociais Atuais

1.3.1. Educação


No ano de 2018 efetuámos a gestão de 7 equipamentos sociais, repartidos por Faro e Olhão, dando resposta às necessidades de 477 famílias, repartidas pelas valências da seguinte forma:

Valência	Capacidade real	Capacidade ocupada
Creche Faro	68	68
Jardim Infância Faro	75	75
ATL Faro	80	75
Creche Olhão	40	40
Jardim Infância Olhão	75	70
Creche Montenegro	84	84
Jardim Infância Montenegro	75	64
Total	497	476

Tabela n.º 1 – Ocupação durante o ano de 2018 - Educação

No ano letivo de 2018/2019, tal como em anos anteriores, verifica-se lotação completa, com exceções imateriais no ATL, Jardim de Infância de Olhão e Creche e Jardim de Infância do Montenegro. Verificou-se um aumento geral de 10,7% nas participações familiares face ao ano letivo anterior, resultado de um aumento em todas as respostas sociais, com exceção do jardim de Infância de Olhão e Creche do Montenegro.

A diminuição significativa do ATL é justificada pela mudança de funcionamento ocorrida no fim de 2014, passando do modelo de ATL clássico, sem almoço, para o modelo de extensões de horário e interrupções letivas sem



almoço. Mudança imposta por questões de oferta da rede pública do 1.º ciclo. Implicou diminuição da capacidade ocupada de dois turnos para um turno.

A Administração estará atenta à conjuntura que envolve o ATL sabendo que será necessário repensar o futuro desta valência. A transformação do equipamento num outro tipo de resposta social será certamente objeto de reflexão pela atual Administração.

1.3.2. Saúde

No ano de 2018 efetuámos a gestão da UCCI Milreu, com capacidade para 47 utentes. Desde o início da exploração que a taxa de ocupação mensal tem sido sempre superior ao limiar mínimo de 85%, obrigatório para receber os apoios a 100%, conforme refere a Portaria n.º 189/2008, de 19 de fevereiro.

Em 2018 verificou-se uma ocupação média mensal de 97.7%. No gráfico seguinte observa-se a evolução da ocupação mensal durante o ano.

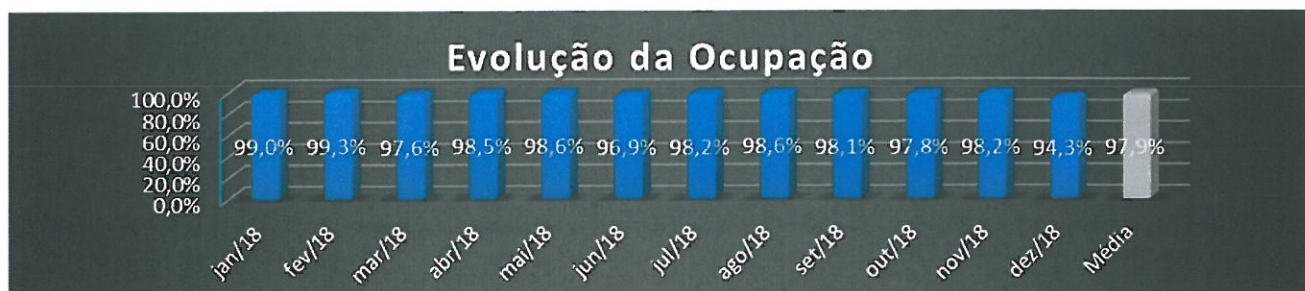


Gráfico n.º 1 – Taxa de Ocupação UCCI Estoi em 2018

No início de 2019 iniciaremos a exploração adicional de 4 camas, aumentando a capacidade de 47 para 51 camas, totalmente comparticipada pelo estado.



1.4. Respostas Sociais Futuras

Após a estabilização do funcionamento da UCCI Milreu pretendemos estudar e desenvolver diversos projetos. Durante o ano de 2018 foram constituídas equipas de trabalho para estudar e planear os seguintes projetos:

Novo projeto	Ponto de situação
Prestação de serviços de formação profissional	Aprovado pela DGERT
Prestação de serviços de apoio domiciliário	Aguarda aprovação na ARS

Tabela n.º 2 – Ponto de situação dos projetos futuros

1.5 Actividades Culturais

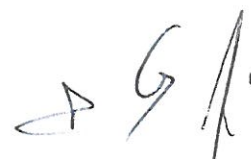
Pretendemos dar a conhecer à comunidade todo o trabalho realizado pelas nossas crianças e diversos colaboradores em todas as vertentes culturais.

Em interação com algumas entidades dos concelhos onde estamos inseridos, continuámos a contribuir de uma forma ativa para a promoção das artes em todas as vertentes da expressão artística promovendo encontros, apresentações, debates, *workshops* e exposições.

A Fundação, tal como em anos anteriores, deu a conhecer à comunidade todo o trabalho realizado pelas nossas crianças e diversos colaboradores em todas as vertentes culturais.

Durante o ano de 2018 iniciou-se a preparação/dinamização dos seguintes eventos:

- Organização do dia da Fundação Algarvia de Desenvolvimento Social;
- Organização de diversos *workshops*;



1.6 Manutenção de Imóveis

Tendo como objetivo a melhoria constante das condições de todos os colaboradores e utentes da instituição, investimos na manutenção e reparação de todos os imóveis, respeitando e dando cumprimento a todas as exigências legais.

Foram efetuados os seguintes trabalhos de reabilitação/melhoramento nas valências:

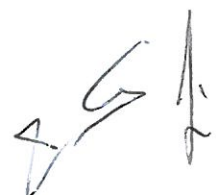
- Reabilitação da Creche de Faro;
- Reabilitação do Jardim de Infância de Faro;
- Reabilitação do ATL;
- Reabilitação da Creche de Olhão;
- Reabilitação do Jardim de Infância de Olhão;
- Reabilitação da UCCI Milreu.

1.7 Marketing

Continuamos a trabalhar com o intuito de aumentar o reconhecimento e notoriedade da FADS junto da comunidade. Dinamizámos a utilização de redes sociais com o objetivo de obtenção de apoios necessários ao funcionamento da instituição.

Durante o ano de 2018 estudamos e preparamos a organização e presença num conjunto de eventos que possibilitam dar notoriedade e melhorar a imagem externa de todos os equipamentos sociais.

Tal como em anos anteriores realizamos a avaliação da satisfação dos utentes de todas as valências. O resultado é bastante positivo seguindo as avaliações dos anos anteriores.



1.8 Recursos Humanos

O trabalho é feito pelas pessoas, quer colaborem com ou dirijam a FADS, as quais, para se motivarem, precisam de estar enquadradas na razão de ser da instituição, nos seus princípios e nos seus valores. A promoção dos nossos recursos humanos foi e continua a ser um dos nossos principais objetivos.

A Administração confia em todos os que trabalham na Fundação, mas apelou constantemente para que exerçam um apertado e persistente autocontrolo, que evite o desperdício de recursos.

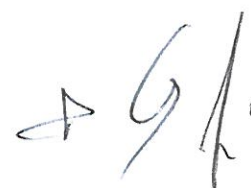
Em 31 de Dezembro de 2018, a FADS tinha os seguintes colaboradores:

Área	Dependentes	Independentes	Total	%
Educação	101	3	104	66%
Saúde	26	28	54	34%
Total	127	31	158	100%

Tabela n.º 3 – N.º de colaboradores a 31/12/2018

Relativamente às medidas de apoio à contratação foram protocolados 6 contratos estágio emprego durante o ano de 2018.

A FADS mantém o seu interesse pelas comunidades, através do apoio dado aos jovens. Neste caso, possibilitámos, tal como em anos anteriores, diversos estágios aos alunos da Escola Superior de Educação e Comunicação da Universidade do Algarve e de outras instituições. Alguns destes estagiários têm sido contratados posteriormente.



1.9 Análise Económica

1.9.1. Resultados

Pela primeira vez em muitos anos a FADS apresentou um resultado líquido negativo no montante de 57.594,22 euros. O Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) foi de 288.457,28 euros. Ambos diminuíram face ao período anterior. No gráfico seguinte observa-se a evolução do resultado líquido e do EBITDA da FADS ao longo dos últimos exercícios

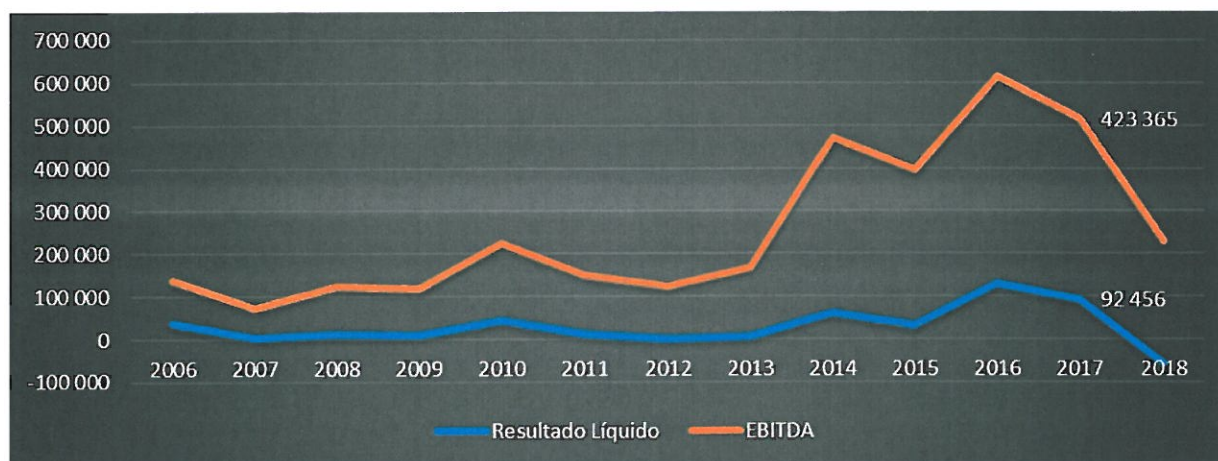


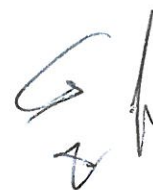
Gráfico n.º 2- Evolução do resultado líquido e do EBITDA

1.9.2. Rendimentos

Os rendimentos totais ascenderam a 2.920.774,73 euros, registando um aumento global de 5%, explicada pelo aumento das participações das famílias.

A rubrica de prestação de serviços considera as matrículas e mensalidades de utentes de educação e os encargos de apoio social suportados pelos utentes da UCCI Milreu. As prestações de serviços ascenderam a 1.118.002,71 euros, registando um acréscimo global de 11%.

Na tabela seguinte observa-se a evolução das prestações de serviços por área de atividade.



Valência	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Variação
Educação	680 449	685 870	697 739	684 591	648 727	689 610	771 204	790 505	874 702	10,7%
Saúde				41 180	233 146	265 733	232 148	220 811	243 300	10,2%
Total	680 449	685 870	697 739	725 771	881 873	955 343	1 003 352	1 011 316	1 118 003	10,5%

Tabela n.º 4 - Evolução das prestações de serviços por área de atividade

A rubrica de subsídios, doações e legados à exploração considera o seguinte:

Subsídio	Área de Atividade
Contratos de comparticipação financeira Educação	Educação: Creche, Jardim de Infância e ATL
Encargos com os cuidados de saúde	Saúde: UCCI Estoi
Encargos com medicamentos	Saúde: UCCI Estoi
Encargos com os cuidados de apoio social	Saúde: UCCI Estoi
Encargos com utilização de Fraldas	Saúde: UCCI Estoi

Tabela n.º 5 - Subsídios, doações e legados à exploração

Os subsídios ascenderam a 1.737.410,77 euros, registando um aumento global de 1.3%. Fazendo uma análise por área de atividade constata-se que a área da educação apresentou um aumento de 3.6% e a área de saúde diminuiu 2,5%. em resultado da menor % de comparticipação do estado face ao utente. O valor global, utentes mais estado, manteve-se estável. Na tabela seguinte observa-se a evolução dos subsídios:

Tipo	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Variação
Educação	771 316	910 417	900 099	905 482	901 417	897 987	891 777	882 071	914 039	4%
Saúde				128 624	672 378	723 150	798 037	810 464	789 895	-3%
IEFP	20 850	20 409	15 985	49 786	115 198	80 940	49 440	17 656	28 477	61%
POPH	5 404	15 618	20 738	5 023	8 131	10 029	0	0	0	0%
Outros	23 166				419	5 000	10 000	5 000	5 000	0%
Total	820 736	946 443	936 823	1 088 915	1 697 543	1 717 106	1 749 254	1 715 191	1 737 411	1,3%

Tabela n.º 6 - Evolução dos subsídios por área de atividade



1.9.3. Gastos

Os gastos totalizaram o montante de 2.978.368,95 euros, o que representa um aumento de 10,3% face a 2017, explicado pelo aumento do custo com o consumo de géneros alimentares e gastos com o pessoal.

Na seguinte tabela apresenta-se a evolução das diferentes rubricas de gastos:

Gastos	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Variação
Géneros Alimentares	127 881	230 532	210 148	184 745	198 421	299 448	50,9%
Fornecimentos e serviços externos	291 525	508 041	574 082	637 868	625 425	640 567	2,4%
Gastos com o Pessoal	1 275 363	1 474 969	1 574 958	1 496 150	1 535 210	1 681 792	9,5%
Depreciações	104 223	173 752	186 528	194 008	177 703	172 961	-2,7%
Outros gastos e perdas	11 482	18 009	6 683	8 686	9 866	10 510	6,5%
Juros Suportados	53 156	175 956	149 546	162 675	153 257	173 091	12,9%
Total	1 863 629,76	2 581 259,63	2 701 944,97	2 684 131,87	2 699 881,78	2 978 368,95	10,3%

Tabela n.º 7- Evolução dos gastos

Os gastos com o pessoal mantêm-se como a rubrica de maior expressão na estrutura de gastos da FADS, representado 56% dos gastos totais, seguindo-se os fornecimentos e serviços externos com 22%. De seguida apresenta-se a estrutura de gastos em 2018.

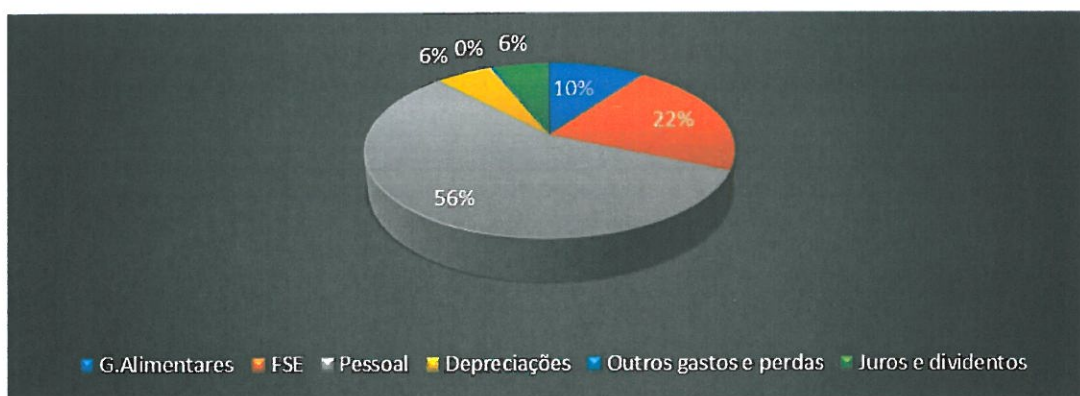


Gráfico n.º 3- Estrutura de gastos

(Assinatura manuscrita)

1.9.4. Indicadores

Do total dos rendimentos da instituição, 58% são canalizados para fazer face aos gastos com o pessoal. Na tabela seguinte pode-se observar a evolução da relação entre gastos e rendimentos desde 2010.

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Gastos com Pessoal / total rendimentos	68%	69%	71%	68%	56%	58%	53%	55%	58%
Consumo G. Alimentares / total rendimentos	8%	8%	9%	7%	9%	8%	7%	7%	10%
FSE / total rendimentos	13%	13%	12%	16%	19%	21%	23%	22%	22%
Mensalidades / Gastos com Pessoal	62%	59%	58%	57%	60%	61%	67%	66%	66%
Subsídios / Gastos com Pessoal	75%	82%	77%	85%	115%	109%	117%	112%	103%
Mensalidades / gastos totais	43%	41%	41%	39%	34%	35%	37%	37%	38%
Subsídios / gastos totais	52%	56%	55%	58%	66%	64%	65%	64%	58%

Tabela n.º 8- Indicadores diversos

As mensalidades recebidas são suficientes para fazer face a 66% dos gastos com o pessoal e apenas 38% dos gastos totais, o que reforça a grande dependência da instituição de subsídios atribuídos por terceiros.

1.10 Fornecedores

Continuamos a fazer um estudo comparativo entre os preços praticados pelos nossos fornecedores e os praticados no mercado, com o objetivo de encontrar as melhores condições possíveis e uma otimização/redução de gastos.

Foram renegociados um conjunto de contratos com diversos fornecedores. Porém, os preços do contrato de fornecimento de géneros alimentares sofreram um aumento, com efeitos em janeiro de 2018.



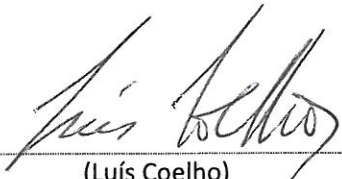

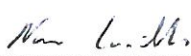
1.11 Agradecimentos

Ao concluir este Relatório de Actividades, a Administração, quer ainda expressar o seu agradecimento:

- Aos trabalhadores é justo reconhecer o trabalho e esforço realizado, a dedicação assumida nas suas tarefas, pelo que, todos são merecedores de sinceros agradecimentos;
- Aos membros de todos Órgãos Sociais;
- À Administração Central, Regional e Local e, em particular ao Centro Distrital de Segurança Social de Faro e ARS Algarve;
- Ao Novo Banco, Montepio Geral, Caixa Geral de Depósitos e Crédito Agrícola enquanto instituições financeiras que apoiam o projecto da Fundação;
- Ao Revisor Oficial de Contas que analisa e certifica as contas;
- Aos restantes fornecedores de Produtos e Serviços.

Faro, 21 de março de 2019

A Administração

		
(Luís Coelho)	(Orlando Vargas)	(Nuno Carrilho)

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



2.1 Balanço em 31 de dezembro de 2018

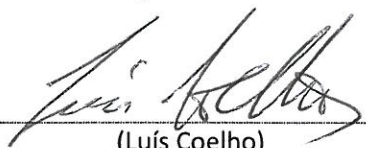

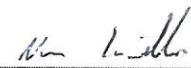
RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2018	31-12-2017
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	6 472 127,43	6 590 942,01
Propriedades de investimento			
Activos intangíveis	6	2 650,98	3 981,82
Investimentos financeiros	5	12 122,61	7 955,15
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros			
Subtotal		6 486 901,02	6 602 878,98
Activo corrente			
Cientes	10	105 783,69	48 788,00
Estado e outros Entes Públicos	10	9 727,93	14 003,54
Outras contas a receber	10	108 994,55	138 343,90
Diferimentos	10	7 859,39	1 720,85
Outros activos financeiros			
Caixa e depósitos bancários	4	52 921,95	118 612,51
Subtotal		285 287,51	321 468,80
Total do activo		6 772 188,53	6 924 347,78
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	10	239 423,00	239 423,00
Reservas	10	804 793,14	800 170,34
Resultados transitados	10	135 427,13	63 765,76
Excedentes de revalorização			
Outras variações nos fundos patrimoniais	10	1 102 535,61	1 127 743,72
Resultado Líquido do período	10	-57 594,22	92 455,94
Total do fundo do capital		2 224 584,66	2 323 558,76
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	10	3 461 517,57	3 570 127,06
Outras contas a pagar	10	250 034,34	244 337,65
Subtotal		3 711 551,91	3 814 464,71
Passivo corrente			
Fornecedores	10	344 303,07	235 452,90
Adiantamentos de Utentes	10	22 286,20	
Estado e outros Entes Públicos	10	52 673,36	48 694,64
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos	10	7 410,72	22 331,00
Diferimentos	10	117 622,11	147 027,65
Outras contas a pagar	10	291 756,50	332 818,12
Subtotal		836 051,96	786 324,31
Total do passivo		4 547 603,87	4 600 789,02
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		6 772 188,53	6 924 347,78



2.2 Demonstração dos Resultados – Exercício de 2018

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	8	1 118 002,71	1 011 316,14
Subsídios, doações e legados à exploração	9	1 737 410,77	1 715 191,04
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-299 447,87	-198 421,09
Fornecimentos e serviços externos		-640 567,37	-625 424,85
Gastos com o pessoal	11	-1 681 792,29	-1 535 209,92
Outros rendimentos e ganhos	12	65 361,25	65 779,83
Outros gastos e perdas	12	-10 509,92	-9 866,03
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		288 457,28	423 365,12
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-172 961,00	-177 703,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		115 496,28	245 662,12
Juros e rendimentos similares obtidos	6		50,71
Juros e gastos similares suportados	6	-173 090,50	-153 256,89
Resultados antes de impostos		-57 594,22	92 455,94
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		-57 594,22	92 455,94

A Administração

 (Luís Coelho)	 (Orlando Vargas)	 (Nuno Carrilho)
--	---	--

A Contabilista Certificada


 (Ana Martins)

3. PROPOSTA

O Conselho de Administração submete à aprovação do Conselho de Administração a seguinte proposta:

1. Que seja aprovado o Relatório e Contas do exercício de 2018;
2. Que os resultados negativos obtidos no montante de 57.594,22 euros tenham a seguinte aplicação:

A) A importância negativa de 57.594,22 euros para Resultados Transitados.

3. Que seja aprovado um voto de louvor a todos os colaboradores da Fundação e a todas as entidades que com ela se relacionaram no decurso de 2018, sem os quais a gestão relatada não podia ter sido possível.

Faro, 21 de março de 2019

A Administração


(Luís Coelho)


(Orlando Vargas)


(Nuno Carrilho)

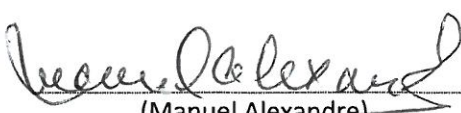
4. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

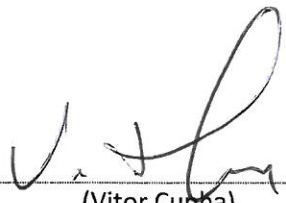
Senhores membros do conselho de administração:

1. Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, vimos apresentar ao Conselho de Administração o nosso Relatório sobre a ação fiscalizadora que exercemos na FUNDAÇÃO ALGARVIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, e o nosso Parecer sobre o Relatório da Administração, Balanço, Demonstração de Resultados e Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, que nos foram entregues pelo Conselho de Administração para apreciação e parecer.
2. Durante o ano, acompanhámos com regularidade a actividade desenvolvida pela Fundação, tendo recebido do Conselho de Administração e da Comissão Executiva todos os elementos e esclarecimentos necessários ao exercício das nossas competências.
3. No desempenho da nossa ação fiscalizadora, procedemos à verificação dos registos contabilísticos e respetivos documentos de suporte, tendo prontamente recebido dos serviços a colaboração necessária.
4. O Conselho Fiscal apreciou a Certificação das Contas emitida pela Sociedade de Revisores de Contas, com a qual manifestou a sua concordância.
5. O Balanço e Demonstração de Resultados, encontram-se elaborados em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites, os quais complementados com as Notas explicativas traduzem com veracidade a situação financeira e patrimonial da Fundação.
6. Face ao exposto e tendo verificado que a Fundação foi administrada de acordo com a lei e os estatutos, somos de parecer:
 - a) Que aproveis o Balanço e a Demonstração de Resultados apresentados pelo Conselho de Administração e referentes ao exercício de 2018.
 - b) Que aproveis o Relatório da Administração e a proposta de aplicação de resultados.

Faro, 26 de março de 2018

O Conselho Fiscal


(Manuel Alexandre)


(Vítor Cunha)



5. RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS





RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Exmos. Senhores

Em cumprimento da lei e do mandato que nos foi confiado, apresentamos o relatório da nossa ação fiscalizadora e o nosso parecer sobre o relatório de gestão, contas e proposta de aplicação de resultados apresentados pela **Administração da Fundação Algarvia de Desenvolvimento Social**, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

RELATÓRIO

No desempenho das funções que nos foram atribuídas, acompanhámos regularmente a atividade da Instituição, através da análise das suas contas e dos princípios contabilísticos e critérios valorimétricos que lhes estão subjacentes e, ainda, através dos contactos estabelecidos com a Administração e os Serviços, os quais, com elevado espírito de colaboração, nos facultaram sempre todos os elementos e esclarecimentos solicitados, o que nos apraz registar e agradecer.

Em resultado do trabalho efectuado, é nossa convicção que o Relatório de gestão, o Balanço, as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a Demonstração dos fluxos de caixa e os correspondentes Anexos, são suficientemente esclarecedores da situação da Instituição e satisfazem as disposições legais em vigor.



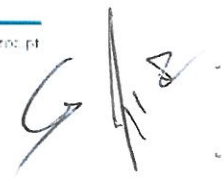
PARECER

Considerando as análises e trabalhos efectuados, somos de parecer:

- a) Que sejam aprovados o Relatório de gestão, o Balanço, as Demonstrações dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a Demonstração dos fluxos de caixa e os correspondentes Anexos, apresentados pela Administração relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.
- b) Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados constante do relatório de gestão.

Albufeira, 10 de abril de 2019


Daniel Jorge Gonçalves Vicente, ROC n.º 1041



6. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Fundação Algarvia de Desenvolvimento Social**, que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2018, que evidencia um total de 6.772.189 euros e um total de Fundos Patrimoniais de 2.224.585 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 57.594 euros, a demonstração de resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas, estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da Lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

 **Daniel Vicente**
Revisor Oficial de Contas
Inscrição no PROCT N.º 1043 - Contribuinte N.º 100 439 183



- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

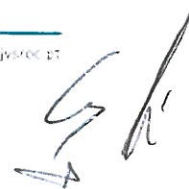
O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um elevado nível de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar à atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou,





caso essas divulgações não sejam adequadas modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal pelo Sistema de Normalização Contabilística; e
- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividade com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Albufeira, 10 de abril 2019


Daniel Jorge Gonçalves Vicente ROC N.º 1041



